



Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

ATA DE REUNIÃO Nº 01/2026

Data: 28/01/2026

Horário: 13:30 – 15:00 hrs

Modalidade: Virtual

Local: Microsoft Teams

Objeto: Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

PARTICIPANTES			
NOME	MATRÍCULA	CARGO	UNIDADE
Dr. Wildemberg Ferreira de Sousa	10267	Juiz – Supervisor da Comissão	Corregedoria Geral da Justiça
Liana Costa de Sousa	52895	Servidora – Coordenadora da Comissão	Coordenadoria de desenvolvimento de pessoal
Giselli Lima de Sousa Tavares	10261	Juíza – Membro da Comissão	12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza
Francisco Marcelo Fontenele Braga	7834	Servidor – Membro da Comissão	Núcleo de apoio às Comissões
Eduardo William de Castro Tavares	54105	Servidor – Membro da Comissão	Coordenadoria de apoio à governança
Nara Célia Rolim Costa	22577	Servidora – Membro da Comissão	Gerência de planejamento e infraestrutura

Ana Carmélia Sousa Benicio	52339	Servidora – Membro da Comissão	Coordenadoria de aplicativos e desenvolvimento ágil
Edson Viana Gomes	11838	Servidor – Membro da Comissão	Assessoria de Comunicação Social
Larissa Karla Sampaio de Oliveira	45183	Servidora – Membro da Comissão	Diretoria dos serviços judiciais auxiliares
Lucas Macário Oliveira de Queiroz	50249	Servidor – Membro da Comissão	GADES – Francisco Bezerra Cavalcante
Daniel Melo de Cordeiro	4487	Servidor – Membro da Comissão	Central de Cumprimento de Mandados judiciais da Comarca de Fortaleza
Geilson Martins Cordeiro da Silva	54128	Servidor - Convidado	Núcleo de apoio às comissões.

PAUTA

- Proposta da Nova Política de Acessibilidade do CNJ
- Ranking da Transparência e Prêmio CNJ de Qualidade 2026
- Avaliação do Plano de Ação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)

PRINCIPAIS ASSUNTOS ABORDADOS/DELIBERAÇÕES

1. A servidora Liana comentou a respeito do processo SEI nº 8532658-33.2025.8.06.0000, enviado pela Presidência para conhecimento e manifestação da CPAI. O processo trata a respeito da minuta da Nova Política de Acessibilidade do Conselho Nacional de Justiça encaminhada pelo CNJ aos Tribunais para considerações prévias. Nos autos

consta a manifestação técnica proferida pela CPAI, conforme solicitado.

Como principais destaque da minuta analisada, destacou-se: i) a abrangência e transversalidade da nova política em proposição; ii) a criação de uma Unidade de Acessibilidade e Inclusão, com a lotação de servidores do Tribunal em regime de dedicação exclusiva; iii) a substituição da atual Comissão por um Comitê, a ser composto por gestores e membros, esses últimos eleitos mediante votação; e iv) a obrigatoriedade da elaboração de um plano de acessibilidade e inclusão, com a definição de metas e designação de orçamento anual para cumprimento das metas previstas.

2. No tocante ao Ranking da Transparência do CNJ e à avaliação do Plano de Ação da Comissão, foi deliberada a atualização do referido plano, contemplando as atividades já realizadas e aquelas ainda pendentes, em conformidade com o artigo 7º, inciso II, da Resolução CNJ nº 401/2021. Destacou-se que o planejamento deverá abranger todos os aspectos de acessibilidade, incluindo eventos institucionais, comunicação, capacitação de servidores(as) e adaptações físicas e digitais.

Também foi ressaltada a necessidade de elaboração do relatório anual de acessibilidade, contendo o resumo das ações implementadas, com a identificação de cada ação e os respectivos resultados alcançados.

Registraram-se, ainda, o prazo acordado com Secretaria de Governança (SEGOV), de até 1º de março de 2026 para disponibilizar o Plano de Ação atualizado e o Relatório de Desempenho no Portal da Transparência do TJCE.

- Assunto extrapauta – Prêmio CNJ de Qualidade 2026

Procedeu-se à apresentação dos requisitos, da pontuação, das formas de comprovação e do período de referência relativos ao Prêmio CNJ de Qualidade 2026, conforme disposto no artigo 9º da Portaria CNJ nº 471, de 18 de dezembro de 2025, que trata do desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no âmbito do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares. O tema foi apreciado para fins de conhecimento e alinhamento das ações da Comissão. Na ocasião, o Lucas Macário se prontificou a adotar providências para tentar viabilizar a oferta de 01 turma do seu curso até MARÇO visando colaborar

com o requisito do Prêmio.

COMPROMISSOS GERADOS

DESCRIÇÃO	PRAZO/ STATUS	RESPONSÁVEL
Verificar as atribuições de cada membro dispostas no Plano de Ação.	Imediato	Liana
Elaboração do Relatório anual que trata dos trabalhos realizados.	MAR/2026	Liana e Marcelo
Fornecer informações para a produção do Relatório anual e atualizar o Plano de ação.	MAR/2026	Todos os membros da Comissão.
Elaboração e execução de um curso de capacitação que aborda a temática da Comissão.	MAR/2026	Lucas

APROVAÇÕES

A análise e as considerações dos participantes, bem como suas manifestações de acréscimos e/ou correções, deverão ser enviadas até o dia **09/02/2026** para o seguinte endereço de e-mail: comissoes@tjce.jus.br. Aqueles que não emitirem pronunciamento no período estabelecido estarão, conseqüentemente, aprovando a Ata.